

A Campanha [Não queremos que o Brasil vire o lixão da União Européia](#) nasceu com o intuito de impedir que pneus usados sejam exportados para o Brasil, para aqui terem seu destino final.

Desde 1991, a importação de bens de consumo usados, como é o caso dos pneus, é proibida no Brasil devido aos passivos ambientais e ameaças à saúde pública que decorreriam destas importações.

No entanto, há uma grande pressão da União Européia (UE) para que esta proibição acabe. Este conflito com a União Européia teve início em 2003 quando o Escritório Internacional das Associações de Vendedores e Recapadores de Pneumáticos (Bipaver, sigla em francês) alegou que a proibição da importação de pneus usados pelo Brasil estaria causando prejuízos comerciais a alguns reformadores europeus. Assim, nos anos subseqüentes, a UE realizou investigações sobre a situação e concluiu que as medidas proibitivas brasileiras estariam contrariando regras da OMC e recomendou ao Brasil que baixasse suas barreiras. Como o Governo brasileiro não acatou tais recomendações, em junho de 2005, a UE realizou nova investigação. Mais uma vez o Governo brasileiro manteve sua posição, o que levou a UE a solicitar, no âmbito da OMC o estabelecimento de um painel arbitral contra o Brasil, para analisar a questão. Isto ocorreu em janeiro deste ano.

É importante que nos perguntemos porque a UE faz tanta pressão para que o Brasil passe a permitir as importações de pneus usados. Os países da UE têm altos índices de utilização de pneus, o que os leva a ter conseqüentemente, uma alta quantidade de carcaças e de pneus reformados, que logo irão se tornar carcaça também. Isto porque, pneus somente podem ser reformados uma vez, assim pneus usados têm uma vida útil menor, e desta forma, os governos dos locais aonde esses pneus se tornam inservíveis deverão se encarregar de seu destino final.

O problema é que há uma dificuldade muito grande em dar-se um fim adequado aos pneus, por isso, quando já não podem ser utilizados acabam tornando-se um risco para a população. A maioria das destinações existentes hoje em dia são incompatíveis com a manutenção de um meio ambiente equilibrado e assim, com a manutenção da saúde da população local. Para exemplificar, pneus muitas vezes são jogados em aterros, onde ficam expostos à água das chuvas, que acumulam com facilidade se tornando locais ideais para a proliferação de mosquitos transmissores da febre amarela e da dengue. Além disso, pneus entram em combustão facilmente e as substâncias que são emitidas desta queima são altamente tóxicas, independentemente se a queima foi causada acidentalmente nos locais aonde são abandonados, em aterros ou ainda propositadamente em fornos de incineração.

Uma destinação apresentada seria a utilização em mistura de asfalto, que embora gere elasticidade e resistência ao piso, ainda é uma tecnologia muito cara. Outro destino desejável seria a de servir como suporte em estofados, mas não há demanda que atenda a quantidade de pneus que são descartados por ano no país.

Fica clara, com isto, a intenção da UE ao querer exportar seus pneus usados para outras regiões: livrar-se de seu passivo ambiental. A grande injustiça é fazer isto desconsiderando o impacto negativo que trará às populações destes locais, na maioria das vezes os habitantes menos favorecidos de países em desenvolvimento, como o Brasil, que contribuem muito menos para este tipo poluição que a UE. Ou seja, a parte da população que menos consome estes produtos é a que vive em locais mais propensos a serem atingidos por estes impactos e que possui menos recursos para lidar com eles.

O impressionante é que a pressão européia possui simpatizantes dentro do Brasil, onde estão tramitando no Congresso Nacional dois projetos de lei que, caso aprovados,

representariam um profundo retrocesso na soberania nacional e nos esforços para a redução e controle dos problemas relacionados à produção de resíduos no planeta e no Brasil. Trata-se do projeto de Lei do Senado N.º 216 de 2003 e parte do projeto de Lei da Câmara do Deputados N.º 203 de 1991, que permitem a importação de resíduos, entre eles pneus usados e reformados.

O momento é da maior seriedade, pois a aprovação dos projetos coloca em risco o direito do Brasil de impedir a entrada do lixo dos países industrializados no país. A Campanha **Não queremos que o Brasil vire o lixão da União Européia** traz apoio à moção do Conselho Nacional de Saúde de 11 de agosto de 2006, que repudia estes projetos de lei referidos no parágrafo anterior.

É de extrema importância que esta campanha seja divulgada e que todos a apoiem para que estes projetos de lei não sejam aprovados. Entre na página da Campanha e [ASSINE A AÇÃO](#) de repúdio à importação de pneus que será imediatamente enviada aos parlamentares.

Não permita que a UE faça do Brasil seu depósito, se livrando de qualquer responsabilidade por seus passivos ambientais. Lembre-se que nós já temos que dar uma destinação final aos nossos pneus.